

# Diário do Legislativo de 05/11/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 80ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/11/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.978 a 4.980/2010 - Requerimentos nºs 6.740 a 6.743/2010 - Comunicações: Comunicações dos Deputados Adalclever Lopes e Carlos Pimenta - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Padre João, Carlin Moura, Paulo Guedes e André Quintão - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Correspondência

- O Deputado Braulio Braz, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Da Sra. Dilene Dileu, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, agradecendo o convite para a audiência pública destinada a discutir o projeto de lei de revisão do PPAG 2008-2011, bem como para o respectivo curso de capacitação, e justificando sua ausência nos eventos.

Do Sr. Mauro Lúcio da Cunha Zanin, Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande, encaminhando cópia do Projeto Minas d'Água, do Sr. Girlatan Padilha Ponte. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Mauro Sérgio Nery Brito, Presidente da Cohab-MG, indicando representantes dessa Companhia no curso de capacitação para a audiência pública destinada a discutir o projeto de lei de revisão do PPAG 2008-2011.

Do Sr. Arlélcio de Carvalho Lage, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Estado, comunicando a composição da administração desse órgão.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.429/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Márcio André Keppler Fraga, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 1.381/2010/SGM.

Do Sr. Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo em exercício do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a liberação de recursos financeiros para o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE, informando a liberação de recursos financeiros para a entidade que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Dolores Maria Borges de Amorim, Diretora da Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte da Uemg, agradecendo o convite para a audiência pública destinada a discutir o projeto de lei de revisão do PPAG 2008-2011 e indicando representantes dessa instituição no curso de capacitação para esse evento.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 4.978/2010

Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica de Assistência Social Santa-Ritense, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Filantrópica de Assistência Social Santa-Ritense, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação Filantrópica de Assistência Social Santa-Ritense, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos.

A associação tem por finalidade trabalhar em prol dos necessitados, angariando fundos para ajudá-los na sobrevivência, promovendo eventos direcionados à população; prestar assistência às demais entidades, promover as tradições culturais incentivando, desta forma, as ações sociais e culturais na região.

Pretende-se, com este projeto de lei, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98. Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.979/2010

Declara de utilidade pública a Associação Vila Vicentina de Ilícinea, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Vila Vicentina de Ilícinea, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2010.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Associação Vila Vicentina de Ilícinea, fundada em 9/9/47, é uma associação de direito civil privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que adota os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, com duração por tempo indeterminado, com sede no Estado, na Rua São Vicente, nº 2, Centro, no Município de Ilícinea e foro na Comarca de Boa Esperança.

A Associação Vila Vicentina de Ilícinea tem por finalidades colaborar com as questões ligadas à assistência social, caridade cristã e promoção humana, tais como: assistir e abrigar pessoas idosas; proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental; atender e assessorar os beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e os reconhecidamente pobres; assim como outros previstos em seu estatuto.

A Associação, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, está em pleno e regular funcionamento desde 1947, sendo a sua diretoria constituída de membros de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone sua conduta. Outrossim, a entidade não remunera os membros da diretoria pelo exercício de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou conselheiros, sob nenhuma forma. Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.980/2010

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-190, compreendido entre as BRs-365 e 352, na interligação dos Municípios de Romaria, Monte Carmelo e Abadia dos Dourados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Deputado Camilo Miranda o trecho da Rodovia MG 190, compreendido entre as BRs-365 e 352, na interligação dos Municípios de Romaria, Monte Carmelo e Abadia dos Dourados.

Art. 2º - O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - providenciará, com recursos previstos em orçamento, a confecção de placas indicativas da denominação da rodovia.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2010.

Elmiro Nascimento

Justificação: Camilo Machado de Miranda nasceu em 7/10/33, em Abadia dos Dourados, no Alto Paranaíba, onde iniciou seus estudos. Coursou o antigo ginásio em Araguari e o clássico em Belo Horizonte, onde também colou grau em Direito pela Escola Mineira, hoje Puc Minas. Bacharel de 1958, foi eleito orador da turma que sempre o reconheceu como vocacionado à política, uma vez que a ele foi confiada, sucessivamente, a função de representante da escola nos congressos universitários.

Montou banca de advocacia em Monte Carmelo, onde também foi aprovado por concurso como professor de História na Escola Estadual Dr. Gregoriano Canedo. Casou-se com Leda Costa Machado, com quem teve três filhos: Jaci Costa Machado, Gláucia Machado Costa Porto e Camilo Machado de Miranda Filho.

Em 1972 foi eleito Prefeito de Monte Carmelo para o quadriênio 1973-1977. Ato contínuo, cumpriu três mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nas legislaturas de 1979 a 1991.

Na Assembleia de Minas teve atuação destacada: liderou a bancada do Partido Democrático Social - PDS -, foi membro efetivo das Comissões de Redação, de Serviço Público, de Defesa Social e Segurança Pública, da qual foi seu Vice-Presidente. Suplente nas Comissões de Educação e Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico e da Proteção e Defesa do Consumidor.

Por doze anos consecutivos foi Membro Efetivo da Comissão de Agropecuária e Política Rural, tendo sido seu presidente por oito anos. Nesse cargo, foi o principal responsável pela elaboração de um plano integrado para o setor.

Ainda como Deputado Estadual, foi eleito Presidente da Comissão Constitucional, responsável pela elaboração do anteprojeto da Constituição do Estado e pela análise da emendas apresentadas pelos constituintes estaduais.

Eleito deputado federal para o mandato de 1991-1995 integrou várias comissões técnicas. Foi titular das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Viação e Transportes, de Desenvolvimento Urbano e Interior, e de Educação, Cultura e Desporto.

Pela destacada atuação na vida política como parlamentar, recebeu inúmeras condecorações, entre elas a Medalha de Honra da Inconfidência, a Medalha Santos Dumont e a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo.

Faleceu no dia 15/7/95, com 61 anos, interrompendo prematuramente sua brilhante trajetória política, através da qual, com dignidade e empenho, lutou incansavelmente pelos interesses do povo mineiro. A aprovação do projeto de lei que liberou verba para a pavimentação asfáltica do trecho da Rodovia MG-190, que liga sua cidade natal, Abadia dos Dourados, à cidade que o acolheu, Monte Carmelo, indo até Romaria, foi uma de suas conquistas. O objeto deste projeto de lei é homenagear o Deputado que tanto se empenhou para o desenvolvimento de sua terra, nomeando o trecho de uma estrada de cuja construção foi o grande artífice.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 6.740/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Rádio Difusora Ouro Fino pelos 60 anos de sua fundação.

Nº 6.741/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para a duplicação da Rodovia MG-383, principal via de acesso a São Brás do Suaçuí.

Nº 6.742/2010, do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Gol Linhas Aéreas Inteligentes pela implantação de voos diários de ida e volta entre Belo Horizonte e Montes Claros a partir de 3/11/2010. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 6.743/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de informações sobre a existência de advogados dessa Corporação atuando na defesa do Cb. PM Ezequiel Pinheiro Ramos. (- À Mesa da Assembleia.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Adalclever Lopes e Carlos Pimenta.

#### Oradores Inscritos

- A Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Padre João, Carlin Moura, Paulo Guedes e André Quintão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência anuncia o aniversário, hoje, do Deputado Getúlio Neiva, nosso companheiro, que completa 68 anos de existência, e também do Deputado Federal Márcio Reinaldo. Aos dois e a todos que aniversariam hoje desejamos que Deus os cubra de bênçãos e lhes dê muita saúde e muitos anos de vida.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 4, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 6/10/2010

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Braulio Braz, Lafayette de Andrada e João Leite (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.837, 4.060, 4.099/2009, 4.235, 4.354, 4.548, 4.568, 4.587, 4.622, 4.649, 4.677, 4.693 e 4.714/2010, (Deputado João Leite); 4.727, 4.733, 4.734, 4.741, 4.743, 4.744, 4.746, 4.754, 4.755, 4.757, 4.759, 4.762 e 4.764/2010, (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.837, 4.060, 4.099/2009, 4.235, 4.354, 4.548, 4.568, 4.587, 4.622, 4.649, 4.677, 4.693, 4.714, 4.727, 4.733, 4.734, 4.741, 4.743, 4.744, 4.746, 4.754, 4.755, 4.757, 4.759, 4.762 e 4.764/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende - Luiz Humberto Carneiro.

Ata da 18ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 27/10/2010

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Ivair Nogueira e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio, Luiz Humberto Carneiro e Tenente Lúcio. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.516/2010, do Deputado Domingos Sávio, que altera o art. 3º da Lei nº 18.037, de 12/1/2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de despachantes, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projetos de Lei nºs 2.583/2008, 3.105/2009, 4.266, 4.275, 4.550, 4.635, 4.750, 4.776, 4.777, 4.783, 4.794, 4.795, 4.799, 4.804, 4.813, 4.818, 4.826, 4.829/2010 (Deputado Ivair Nogueira), 4.831, 4.832, 4.834, 4.837, 4.839, 4.843, 4.845, 4.846, 4.851, 4.852, 4.862, 4.864, 4.865/2010 (Deputado Elmiro Nascimento). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ana Carolina Bucci, Assessora Jurídica do Sindicato dos Despachantes do Triângulo Mineiro - SDTM - e os Srs. Antônio Pedro Alves Filho, Presidente da Cooperativa dos Despachantes Documentalistas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - Coodestran-MG; Antônio Lúcio da Silva, Secretário da Coodestran-MG; Wilmar Cavanelas Nassif, despachante de trânsito; José Eurípedes Fernandes, Presidente do Sindicato dos Despachantes do Triângulo Mineiro; Cleto Ferraz Rêgo, Diretor de Patrimônio e Finanças do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais, representando Crispim José da Silva, Presidente; e José de Souza Santos, Presidente do Sindicato dos Despachantes Documentalistas de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para que também teça suas considerações iniciais. A Presidência, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 4.836/2010, em turno único, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2010.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ademir Lucas - Maria Tereza Lara.

Ata da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 27/10/2010

Às 14h49min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Adalclever Lopes e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e discutir e votar proposições desta Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional (substituto) do DNIT, (17/7/2010); José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG(2), (5/8/2010) e (10/7/2010); Mauricio Pereira Malta, Chefe da Assessoria Parlamentar do DNIT, (19/8/2010). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos 6.480, 6.482, 6.483, 6.523, 6.524, 6.531, 6.561, 6.562, 6.590, 6.612, 6.620, 6.629, 6.637, 6.645, 6.676, 6.691, 6.692, 6.695 e 6.696/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.171/2010 e 4.355/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares (2) em que solicita sejam realizadas visitas desta Comissão ao Terminal Turístico Juscelino Kubitschek para verificar os problemas de infiltração na laje da edificação; e na Rodovia MG-442, que liga Belo Vale a BR-040 para verificar a real situação de conservação da estrada e traçar estratégias que possibilitem a adoção de ações que viabilizem a realização de obras; Adalclever Lopes, Carlin Moura, Dilzon Melo e Gustavo Valadares em que solicitam seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para incluir o projeto de revitalização da Praça da Assembleia no organograma de execução de obras da Administração Pública Municipal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2010.

Gustavo Valadares, Presidente - Dilzon Melo - Fábio Avelar.

Ata da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 27/10/2010

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.694/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Doutor Ronaldo - Wander Borges.

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 20/10/2010

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Domingos Sávio e Delvito Alves (substituindo o Deputado Marcus Pestana, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente,

Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 335/2007 na forma do Substitutivo nº 1, com a rejeição da Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - Dilzon Melo - Ivair Nogueira.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 552/2010\*

Belo Horizonte, 3 de novembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar delegação, por parte dessa egrégia Assembleia Legislativa, de competência para edição de lei, nos termos previstos no art. 72 da Constituição do Estado, de modo que o Poder Executivo possa estruturar a Administração Pública direta e indireta, nos moldes necessários à perfeita execução do Plano de Governo "Minas de Todos os Mineiros: as redes sociais de desenvolvimento integrado", em cujas bases assenta-se a proposta política eleita pelo sufrágio popular.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência e dessa egrégia Casa Legislativa, o Estado de Minas Gerais ocupa, hoje, a vanguarda do processo de qualificação da Gestão Pública, consubstanciando-se, bem assim, em ator protagonista do cenário político nacional. Ultrapassadas as fases iniciais de reestruturação dos mecanismos e instrumentos de gestão pública, bem como a implementação de um modelo de gestão por resultados, urge, pois, dar cobro a novas exigências sociais e políticas, materializadas na necessidade de ampliação de uma governança capilarizada e eficiente.

A concepção das redes sociais de desenvolvimento integrado contempla a instituição de uma inovadora distribuição orgânica e espacial da Administração Pública, a permitir-lhe avanços e adequações aos imperativos de regionalização e governança. O programa que tencionamos levar a efeito arrima-se em dois pilares, quais sejam: vida e renda. Este visa a garantir um amplo dinamismo da economia Mineira, assegurando a criação de empregos e remuneração digna; aquele a salvaguardar o núcleo inerente à tutela da dignidade humana.

As delegações outrora concedidas ao Chefe do Poder Executivo possibilitaram avanços expressivos, porquanto permitiram a execução do "Choque de Gestão" e do "Programa Estado para Resultados". Dirigimo-nos, pois, uma vez mais, a essa egrégia Assembleia Legislativa, certos de que a verdade republicana, o espírito de colaboração entre os Poderes e os mandamentos constitucionais estarão a guiar a prudência dessa Casa, para permitir seja a presente solicitação havida por consentânea ao interesse geral.

Neste passo, solicito sejam delegadas competências para criar, incorporar, transferir, extinguir e alterar órgãos públicos, inclusive autônomos, ou unidades da administração direta, bem como modificar a estrutura orgânica das entidades da administração indireta, definindo suas atribuições, objetivos e denominações; alterar as vinculações das entidades da administração indireta; criar, transformar e extinguir cargos de provimento em comissão e funções de confiança dos órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como gratificações e parcelas remuneratórias inerentes, alterar-lhes as denominações, atribuições, requisitos para ocupação, forma de recrutamento, sistemática de remuneração, jornada de trabalho e distribuição; proceder à realocação de atividades e programas no âmbito do Poder Executivo.

Coerente com a abrangência das atribuições elencadas, peço que a delegação vigore da data de publicação da resolução respectiva a 31 de janeiro de 2011.

Convicto de que as razões deste pedido tenham logrado elucidar sua ingente importância, solicito a Vossa Excelência que submeta a proposta à apreciação e deliberação de seus pares, confiante que estou na edição de resolução que a acolherá.

Antecipo agradecimento e reitero, na oportunidade, expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

- À Comissão de Justiça.

- Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIO Nº 38/2010

Do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado, comunicando que se ausentará do País, no período de 6/11/2010 a 12/11/2010, em viagem de caráter particular, sem ônus para o erário.

## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 3/11/2010, as seguintes comunicações:

Do Deputado Adalclever Lopes, notificando sua ausência do país no período de 31/10/2010 a 9/11/2010. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Carlos Pimenta, notificando o falecimento do Sr. Wilson Carlos Silva, ocorrido em 31/10/2010, em Engenheiro Navarro. (- Ciente. Oficie-se.)

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/10/2010

O Deputado Doutor Viana - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores que nos assistem pelas galerias e pela TV Assembleia, hoje - 28 de outubro - é um grande dia, pois o dedicamos e o comemoramos para reverenciar o funcionalismo público. Durante seis anos, fui Vereador; e quatro, Prefeito da minha cidade de Curvelo. Sempre reconhecia o meu funcionalismo municipal como braço direito. Estou há 12 anos na Assembleia Legislativa e, sem nenhuma demagogia, tenho a satisfação e a tranquilidade de dizer que os considero muito e tenho profundo respeito por todos. Quanto a tudo o que me é possível fazer em benefício da categoria, sou destemido parceiro. Muito além de funcionários e parceiros, considero-os verdadeiros amigos. Parabéns e felicidade pelo seu dia. Graças e bênçãos divinas para os funcionários públicos de todos os níveis de nosso Estado de Minas Gerais.

Continuo o meu pronunciamento com uma palavra que considero uma das mais importantes na vida, no relacionamento humano: agradecimento. Agradeço a Deus por nos conceder mais um mandato, a fim de cumprir a bela missão de servir o nosso povo por mais quatro anos como Deputado Estadual. Espero que me conceda vida e saúde para exercer com respeito, compromisso, dignidade e trabalho este mandato, que, só na Assembleia Legislativa, é o quarto consecutivo. Agradecer é preciso. Nem o próprio Jesus aceitou a ingratidão. Quando apenas um dos dez leprosos que curou voltou para agradecer-lhe, logo questionou: "Não foram 10 os curados? Onde estão os outros nove?".

Ao Senhor dos senhores; Rei dos reis, Soberano e Altíssimo, de onde vem todo o poder, obrigado; ao querido povo mineiro das 503 cidades onde fui votado - em minha querida Curvelo fui agraciado com quase 23 mil votos, em Três Marias com quase 8 mil, em Belo Horizonte com 5 mil -, até àquelas onde tive 1 voto apenas, meu sincero agradecimento. Meu gabinete, meus funcionários e este Deputado estamos e continuamos à disposição para atender a todos no que for da competência de um parlamentar estadual. Às pessoas que construíram, participaram e se empenharam durante a nossa campanha (coordenadores, cabos eleitorais, divulgadores e demais participantes), nosso fraterno obrigado. Aos inúmeros parceiros que colaboraram muito para que essa campanha tivesse êxito, Deus lhes pague com inúmeras bênçãos e sucesso na vida particular e profissional. Aos queridos funcionários da Casa, que são muitos, e a todos os companheiros, valorosos e competentes, que nos ajudam o ano inteiro, com mais distinção, é claro, àqueles que trabalham em nosso gabinete, sem esquecer também dos apontados de nossa Assembleia Legislativa, meu obrigado de coração. Aos amigos funcionários públicos do Estado, de todos os setores e departamentos, meu cordial reconhecimento. Agradeço aos grupos concentrados de amigos e pessoas unidas pelo trabalho parlamentar - quero citar como exemplos os queridos e sofridos irmãos da extinta MinasCaixa; os colegas do grupo de conselheiros do Conselho de Administração do Funpemp; os companheiros leões, do meu Lions Clube do Distrito LC4 e outros, onde confirmo sempre que se deve servir desinteressadamente e que a união faz a força valer a pena. Agradeço aos amigos da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL - e das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - CDLs - e aos grupos de amigos e parceiros de todas as cidades onde recebi honrados votos. Agradeço também aos colegas Deputados Estaduais e Federais do meu partido, o Democratas, com respeito e conforto para com aqueles que não obtiveram êxito. Reconheço a importância de todos, já que ninguém ganha sozinho. Agradeço especialmente aos 80.419 mineiros que confiaram e depositaram seu voto no Doutor Viana para mais esse mandato. O mandato é uma representação. Represento vocês, meus eleitores, e procurarei fazê-lo novamente com responsabilidade no cumprimento do meu dever como Deputado Estadual.

Quero desejar sucesso aos outros 48 Deputados Estaduais reeleitos, aos 2 que retornaram - Mourão e Rogério Correia - e aos 26 eleitos pela primeira vez e parabenizá-los. Sou também solidário aos que não foram eleitos no âmbito parlamentar federal e estadual, desejando-lhes saúde, paz e sucesso no que forem desempenhar, ante o conhecimento e competência que adquiriram. A vida é assim. Agradeço também de modo especial àqueles que comigo fizeram parcerias, principalmente os companheiros Deputados Federais. Cito, de maneira especial, o amigo e parceiro Alexandre Silveira, reeleito para seu segundo mandato, que será, como o de todos os demais, coroado com êxito.

Parabenizo nosso grande líder Aécio Neves, ex-Governador e Senador brilhantemente eleito, estrela ascendente que continuará sempre luzindo no bom firmamento maiúsculo da política mineira e brasileira.

Também cumprimento o amigo, ex-Presidente, ex-Governador e, mais uma vez, Senador eleito por Minas e pelo Brasil, Itamar Franco, ícone da ética e da honestidade na política. Nosso Estado, nosso país e o Senado Federal estão engrandecidos com o seu retorno. Que Deus continue a iluminá-lo.

Governador Anastasia, que vitória espetacular! A sua reeleição é muito boa para Minas e para os mineiros. Já tenho a medida de sua inteligência, de sua capacidade de trabalho e de sua competência administrativa. Parabenizo-o e felicito-o pela campanha exitosa e como parceiro quero reafirmar: foi muito bom trabalhar para o candidato Anastasia 45, pessoa ilibada, determinada e de excelência como administrador, que sabe corretamente gerir os cargos públicos que lhe são e foram confiados.

Enfim, parabenizo todos que vivenciaram e participaram ativamente da disputa eleitoral. Somos adversários e concorrentes durante a campanha, mas todos temos idênticos sonhos e desejos, jamais somos inimigos uns dos outros. É assim a vida, mais um mandato agora a iniciar e continuar a caminhada, cumprindo bem essa missão que Deus nos dá e que o povo nos confia: ser Deputado Estadual para trabalhar sempre por uma Minas mais humana, mais justa e melhor para se viver. Que Deus me conceda a graça e o dom de assim proceder. Obrigado a todos, pois a vitória é nossa.

A Sra. Presidente - Doutor Viana, desejamo-lhe sucesso nessa nova caminhada e parabenizamo-lo pelo brilhante trabalho que tem feito à frente deste Parlamento. Cumprimentamos também todos os servidores desta Casa, pedindo a Deus que derrame sobre eles suas bênçãos, para que tenham saúde e prosperidade e realizem todos os seus sonhos. Muito obrigada pelo que têm feito em prol da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso país.

O Deputado Domingos Sávio - Colega Gláucia Brandão; Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Deputado Dalmo Ribeiro Silva e demais colegas Deputados; público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembleia; boa tarde.

Sr. Presidente, V. Exa. acaba de fazer um belo pronunciamento, citando que um dos gestos fundamentais em nossa vida é a capacidade de reconhecer e agradecer. Tenho feito isso sistematicamente. A única maneira plena para retribuir será o trabalho sério que pretendemos implementar em nosso mandato como Deputado Federal, uma vez eleito pelo povo mineiro para representá-lo em Brasília. Dirijo também uma palavra de agradecimento aos servidores públicos. Nesta data se reverencia o trabalho de milhares de servidores, que, em sua maioria com trabalho discreto ou anônimo, se empenham em ações essenciais para que a sociedade viva dias melhores, com uma condição de vida mais adequada. O servidor público, muitas vezes incompreendido, questionado ou injustiçado, desempenha um papel sem o qual não há líder que possa ser louvado ou elogiado. O País vive um momento de reconhecimento a alguns grandes líderes. Em Minas, o ex-Governador Aécio Neves concluiu o seu mandato com os mais altos índices de aprovação de toda a história do Estado e, proporcionalmente, tornou-se o Senador mais

votado do País. O Presidente da República, Lula, também vive a experiência de uma aprovação nos maiores índices já vistos, assim como o Governador Anastasia, que acaba de ser reeleito, e ainda muitos Prefeitos. Não tenho dúvida de que também foi generoso comigo o nosso povo, ao me eleger Deputado com uma das maiores votações do Estado de Minas Gerais já em nossa primeira candidatura. Mas ninguém é capaz de fazer um bom trabalho - nem o Presidente nem o Governador nem o Prefeito, muito menos nós, Deputados - sem o servidor público. É ele quem de fato faz o trabalho para atender o cidadão nas áreas da saúde, educação e infraestrutura, dos serviços básicos aos burocráticos. E o servidor público tem de fazer uma opção de vida, porque, em quase todos os serviços públicos, a carreira é de dedicação exclusiva, o que vale dizer que dedica a vida a determinada atividade. É muito comum alguém ingressar no serviço público ainda jovem, nos primeiros anos de sua juventude, e ali permanecer até se aposentar, dedicando a vida inteira àquele trabalho. Muitos, mesmo depois de aposentados, continuam exercendo atividades no serviço público. Muitos, até por terem conquistado absoluta credibilidade, com experiência comprovada, continuam sendo chamados, após a aposentadoria, para ocupar cargos nos governos.

Neste momento, é importante registrar o nosso reconhecimento. A exemplo do Doutor Viana, também ocupei outros cargos. Quando Vereador e, depois, Presidente da Câmara, comecei a ver a luta do servidor público. Recordo-me com especial carinho de cada servidor da Câmara Municipal de Divinópolis, de sua dedicação e empenho, acompanhando-me até altas horas da noite na busca de solução para os problemas que surgem todos os dias. Na Prefeitura, não foi diferente. Ao contrário, era até mais intensa e árdua a tarefa dos servidores e era frequente trabalharmos até a meia-noite. Para nós, que exercemos função pública, não é raro transformarmos um fim de semana de lazer em dias de trabalho. Mesmo quando aparentemente em lazer, como quando participa de uma festa ou comemoração, o representante do povo ali está recebendo pedidos, cobranças e demandas. Muitas vezes realizamos reuniões de trabalho na periferia, mas lembro-me com clareza de ter sempre um servidor ao meu lado, ajudando-me. Agora mais do que nunca, como Deputado, essa relação com o servidor tornou-se mais ampla e certamente será ainda maior quando eu estiver no exercício do cargo de Deputado Federal, em Brasília. Por isso o meu reconhecimento. Como Deputado Estadual, consegui viabilizar uma série de obras e serviços, mas nada faria sem os servidores. Na área da educação, por exemplo, com a qual tenho um compromisso permanente, estive presente em praticamente todas as escolas estaduais nas regiões em que atuo. Lembro-me de que conseguimos, por exemplo, reformar e ampliar praticamente 100% das escolas em Divinópolis, Oliveira e outras cidades - poderia citar dezenas delas, mas não farei isso porque o tempo assim não permite. Fui às escolas estaduais em todas as cidades em que atuo e me reuni com Diretoras e professores para buscar soluções para os problemas. Não conseguimos reformar e ampliar uma escola sem que o seu educador ajude a elaborar o projeto, corra atrás, enfrente a burocracia. Quantas vezes debatemos o sofrimento e as dificuldades do educador. Ainda no meu primeiro mandato como Deputado, lutamos muito pelas questões ligadas ao plano de carreira dos professores e pelas que envolviam os demais servidores da educação. Lembro-me, por exemplo, da Lei nº 100, da qual fui relator. No início do meu primeiro mandato, em 2003, ao chegar ao meu escritório, num edifício em Divinópolis, com acesso por elevador, estava tudo congestionado, com uma fila de mais de 100 pessoas, Deputado João Leite. Serventes e professores estavam desesperados, pois tinham recebido a notícia de que todos estavam demitidos porque havia um erro no concurso, não tinham conseguido passar, e boa parte das serventes não tinha escolaridade para competir. Pessoas com 20, até 30 anos de serviços prestados ao Estado, literalmente desesperadas porque iriam ser demitidas sem direito à aposentadoria, sem direito a nada. Ao todo foram 96 mil servidores, e nós nunca estávamos sozinhos. Relembro aqui o que motivou este meu pronunciamento.

Junto aos servidores da educação, aos servidores desta Casa, aos Deputados daquela gestão, que também são servidores, e ao Governador Aécio Neves, construiu-se uma solução, o Projeto de Lei nº 100, que garantiu a milhares de servidores o mínimo de tranquilidade. Não resolveu tudo, porque não é possível sarar todas as feridas sem deixar alguma cicatriz, mas, com boa vontade, conseguimos melhorar a vida das pessoas. Foi o que fizemos. É muito melhor ser um servidor com garantia de efetividade, já que a Constituição não nos permitia dar-lhes a chamada estabilidade absoluta e transformá-los em servidores concursados, pois não eram. Pelo menos pudemos dar tranquilidade a servidores com mais de 20 anos de serviços prestados de que não seriam demitidos do dia para a noite, sem direito algum. Era isso que previa a lei e ocorreria com eles se não entrássemos firme na luta, assim como em vários outros momentos em que trabalhamos em prol da educação, sempre junto aos servidores.

Na área da saúde, conseguimos ajudar a viabilizar postos de saúde, veículos e estruturas para melhorar o atendimento em inúmeros hospitais filantrópicos, entidades de saúde e Prefeituras. Hoje mesmo estive na Secretaria para tratar de um problema seriíssimo em Divinópolis, até com risco de paralisação do serviço de maternidade. Os valores pagos pela tabela do SUS são tão insignificantes que os médicos estão em vias de entrar em greve. Isso quer dizer que não haverá mais atendimento na maternidade. Divinópolis é uma cidade-polo que atende não só a população do Município mas a de toda a região, e possui um único hospital filantrópico que atende pelo SUS. Se a maternidade paralisar seu atendimento, será um caos absoluto.

Ainda hoje eu estava na Secretaria de Saúde trabalhando para encontrarmos uma solução, um mecanismo para ajudar o hospital, um complemento de custo, alguma forma de não haver o sacrifício da população, até que haja maior sensibilidade do governo federal e tenhamos a regulamentação da Emenda nº 29, com uma tabela do SUS mais justa para pagamento do serviço de atendimento a uma parturiente, seja para parto normal, seja para cesariana. É algo absurdo o que fazemos hoje, um verdadeiro crime contra o profissional e o cidadão. Não podemos nos acomodar. Nesta hora, não basta a atuação do Deputado, do Governador, nem do Presidente. É preciso contar com o servidor público da saúde, da educação, da área de obras. Quantos convênios viabilizamos para fazer asfalto e quadra de esportes e melhorar a infraestrutura na cidade? Algum convênio seria elaborado sem projeto? Algum convênio se viabilizaria sem um calhamaço de certidões? Então isso é feito pelo servidor público municipal, pelo servidor estadual, trabalhando, muitas vezes sob pressão. Portanto gostaria não apenas de cumprimentar o servidor público, mas também reconhecer a necessidade de que haja maior valorização do seu trabalho. Queremos maior valorização para os servidores da educação, da saúde, para todos. Alguns estão em situação mais crítica, como é o caso dos servidores da educação, que ainda estão longe de receber aquilo que gostaríamos, porém não são apenas eles, porque há a situação dos servidores da saúde. Um médico, assim como os demais funcionários que prestam serviços ao SUS, ainda que não seja um servidor público contratado, um prestador de serviço para o setor público, tem de receber remuneração digna; do contrário, não vai querer trabalhar. Não se pode fazer demagogia, culpando o Prefeito ou o Governador, este ou aquele, pois é um conjunto de forças, até porque o cidadão está acordando para isso. Se formos culpar um Prefeito, teríamos de culpar Prefeitos do PSDB, do PT, do DEM, de todos os partidos. Nas Prefeituras, há enorme dificuldade para enfrentar o Orçamento da educação e da saúde. Há uma situação absurda de não termos investimentos suficientes. Também se formos criticar um Governador, será da mesma maneira, porque encontraremos problemas na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo, no Amazonas, em qualquer parte do Brasil. Portanto é importante enfrentarmos o problema sem tatar o sol com a peneira, destinando verbas mais robustas para solucionar esses problemas, que afetam a vida do cidadão, distribuindo melhor os recursos do Tesouro à saúde, à educação, à segurança pública e ao saneamento básico.

Sr. Presidente, acaba de chegar a este Plenário o Deputado Carlin. Ainda lerei, em detalhes, o projeto de sua iniciativa, mas quero registrar enfaticamente que nós, da vida pública, temos de nos desdobrar para elaborar projetos que garantam sempre - nossa Constituição já assegura claramente isso - a absoluta liberdade de imprensa. Uma pessoa da imprensa pode transgredir, cometer irregularidades? Pode, assim como um Deputado ou qualquer outro cidadão também pode. Já existem leis de sobre no Código Civil e no Código Penal para que qualquer cidadão, pessoa ou instituição que se sintam prejudicados façam sua defesa. Esperamos que prevaleça sempre a justiça e o respeito ao direito de todos. Qualquer mecanismo que estabeleça poder de controle sobre algo tão sagrado na democracia, a liberdade de expressão, é, de início, temerário. Faz-se necessária uma reflexão profunda.

Hoje me preocuparam notícias que ouvi, dando conta de que a Casa poderia enveredar-se pelo caminho de contribuir para qualquer mecanismo de censura, de cerceamento. Não tenho dúvidas quanto a não ser essa a intenção do nobre colega. O que ocorre é que precisamos ter cuidado. Se se abre a iniciativa de elaborar projetos com o propósito de controle, entendo que isso poderá dar margem ao cerceamento de liberdades e a atitudes que não se coadunam com a democracia que queremos, que é uma democracia plena, sustentada pela absoluta liberdade de cada um de nós, hoje manifestamente bem garantida pelo momento de expressão e comunicação em toda a imprensa do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham pela nossa querida TV Assembleia, estamos bem próximos da conclusão de mais um capítulo da nossa democracia brasileira. No próximo domingo concluiremos, com o 2º turno, as eleições presidenciais do nosso país. É um momento de encruzilhada importante para o Brasil, de definição de rumos, em que o povo decidirá, considerando sua consciência, o que diz respeito às próximas gerações, bem como ao que espero do futuro e da primeira Presidente deste país.

Está em jogo qual caminho econômico, social e de política externa o povo escolherá. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que o povo brasileiro está amadurecido e de que resistiu ao desespero, às baixarias engendradas principalmente entre o 1º e o 2º turnos. Os temas levantados foram absolutamente distantes daquilo que uma eleição presidencial mobiliza para discussão nacional.

Parece-me que nesta reta final uma opinião majoritária se consolida entre brasileiros e brasileiras de todas as regiões, que querem a continuidade do Brasil que está dando certo; do Brasil do presente e do futuro; do crescimento recorde do emprego; do ProUni; das novas universidades federais; do País que tira milhões de brasileiros da pobreza e que faz aumentar a nossa classe média, reduzindo a diferença entre ricos e pobres; que oferece crédito a todos os segmentos, ao idoso, ao aposentado, ao trabalhador humilde, ao pequeno, ao médio e ao grande empresário; o Brasil do Bolsa-Família, que combate a fome e que está em uma linha muito forte de erradicação da pobreza; que hoje não se ajoelha diante dos organismos econômicos internacionais ou das grandes potências; o País que traz a Copa do Mundo e as Olimpíadas; que hoje é ouvido nas maiores e mais importantes decisões mundiais. Isso não ocorreu por acaso. O País hoje está forte porque tem um governo que imprimiu um ritmo, uma dinâmica e uma visão diferente sobre o papel do Estado.

Parabéns ao Presidente Lula, que aniversariou nesta semana. Não apenas pelo aniversário, mas por tudo de bom que o primeiro operário a assumir a Presidência da República fez pelo nosso Brasil. Ele nos colocou numa postura diferente e altiva. Resgatamos a nossa autoestima.

Defendemos o Estado ágil e eficiente, mais forte nas questões sociais e naquelas que podem garantir uma economia forte e soberana. Um Estado que não privatiza o nosso patrimônio.

No governo Lula, vivemos a possibilidade de termos uma riqueza como o pré-sal, um passaporte para o futuro, para o fim da pobreza e para a melhora dos níveis educacionais, a nos possibilitar maior dinamização das políticas sociais. Isso é muito importante.

Caso não estivéssemos com o governo Lula, caso o governo Fernando Henrique, que detesta Minas Gerais, tivesse tido continuidade por meio dos seus candidatos, com certeza, hoje a riqueza do pré-sal já estaria absolutamente privatizada, nas mãos dos estrangeiros, das saúvas, daqueles que só querem explorar nosso país.

Felizmente, Deputado Carlin Moura, tivemos oportunidade, nestes oito anos, de experimentar um governo diferente e muito melhor, radicalmente e infinitamente melhor que governos anteriores. Isso não quer dizer que todos os problemas do povo brasileiro estejam resolvidos. Infelizmente isso não foi possível, já que herdamos um passivo de mais de 500 anos de exclusão social, que começou com nossa colonização, passando pelas capitânicas hereditárias, pela dizimação dos povos indígenas, pela escravidão, cuja abolição ocorreu sem nenhuma política compensatória e de reintegração dos nossos irmãos africanos e afrodescendentes, sem nenhuma democratização do acesso à terra. Sempre houve um capitalismo atrasado e concentrador - muito maior que em países avançados -, que explorou a mão de obra brasileira e dos imigrantes.

O Brasil acumulou déficits, principalmente em períodos autoritários, quando o povo nem sequer tinha a oportunidade de ir às ruas e manifestar sua indignação. Felizmente esse passado - que não deve ser esquecido - está mais distante de nós. Todavia ainda há muitas dívidas sociais. Diversos são os desafios, como o combate às drogas e a busca da melhoria do saneamento ambiental. Os Municípios devem ter maior capacidade de desenvolver políticas de saneamento não só relativamente à coleta do esgoto, mas também ao seu tratamento. Assim, as pessoas terão mais saúde e melhor qualidade de vida, e nossas bacias hidrográficas serão revitalizadas. O percentual de jovens que cursam o nível superior ainda não está num patamar ideal. No ensino médio, há que ampliar ainda mais o nível de profissionalização técnica e tecnológica. A qualidade do ensino em geral, principalmente a do fundamental e do médio, precisa ser ampliada, porque não basta o acesso à educação pública gratuita: é importante que as pessoas saiam das escolas apresentando um resultado moral, de caráter, de cidadania e de aprendizagem que lhes permita desenvolver em plenitude seus dons e suas vocações.

Há ainda o problema das regiões metropolitanas e da mobilidade urbana. O brasileiro ainda perde muito tempo no deslocamento de sua cidade ou de sua casa até seu local de trabalho. O Congresso há de travar lutas, como a da reforma política e a da redução da jornada de trabalho. Um importante debate ora se realiza sobre a revisão dos índices para desapropriação de terras, com a finalidade de se realizar a reforma agrária. Esse tipo de questão deve ser colocado no centro da agenda nacional para impulsionar as mudanças que começaram com o Presidente Lula.

O próximo domingo será um dia muito importante para o Brasil. Cada brasileiro, cada mineiro e mineira deve pensar muito bem. Pensem nessas mudanças, em como o Brasil mudou para melhor, no aumento real do salário mínimo, no acesso ao crédito, na melhoria da qualidade de vida, na geração de emprego, na defesa do patrimônio nacional e no jovem, no seu filho, que hoje pode sonhar em estar em uma universidade, seja por meio de vaga pública, em universidades que o Presidente Lula cria por todo o País, seja por intermédio do ProUni, que proporciona o acesso de quase 1 milhão de jovens à universidade brasileira.

É isso que está em jogo nas eleições do próximo domingo. Não se trata de um candidato ou de uma candidata, simplesmente. Nego-me a fazer esse debate. Creio que cada um, com suas convicções e experiências, deu ao País sua contribuição, maior ou menor, em várias épocas, mas essa percepção depende da visão de mundo e da leitura que cada um de nós faz acerca do papel dos candidatos José Serra e Dilma Rousseff. O que está em jogo é a disputa entre projetos distintos: o projeto do passado, que deu errado com Fernando Henrique Cardoso; e o projeto do presente e do futuro, que está dando certo com Lula e que continuará com Dilma. É essa a escolha, que é muito simples, e não, a opção por fazer campanha com um ataque aqui, outro, acolá; uma mentira aqui, outra, ali, como as que infelizmente foram disseminadas pela internet. O que está em jogo é o futuro do nosso país. Por isso ficamos emocionados na reta final da campanha com o que ocorreu aqui, em Belo Horizonte, quando milhares de militantes, na Avenida do Contorno, abraçaram a cidade. Ficamos emocionados também ontem, quando cantamos parabéns para o nosso Presidente na Praça Sete e no Bairro Santa Tereza. E, certamente, iremos nos emocionar no próximo sábado, quando colocaremos o bloco da Dilma na rua, com alegria, humor e muita responsabilidade, a fim de convenceremos os indecisos e aqueles cidadãos que caíram nas garras da internet, da calúnia, da inverdade e da mentira. Temos, ainda, um prazo, até o final de sábado, para fazermos esse trabalho pedagógico, sem cair em provocações, sem entrar na baixaria do adversário, pois somos do lado do Brasil que está dando certo e não precisamos de desespero. O desespero é a companhia dos fracos, dos que estão perdendo, daqueles que o povo rejeita, já que não têm propostas adequadas para o País, sintonizadas com o sentimento do povo brasileiro. O povo está do lado do Presidente Lula, e quem está do lado dele e aprova o seu trabalho não vai titubear no domingo, porque a candidata do Presidente Lula é Dilma Rousseff, é 13.

Então, telespectadores e telespectadoras da querida TV Assembleia, respeitando o adversário e todos aqueles que participaram do pleito, bem como respeitando as biografias, inclusive a do adversário José Serra, o que está em jogo, neste momento, é a continuidade, a inovação e o avanço de um projeto que está dando certo. Aliás, esse projeto contou também com a participação de outra candidata muito respeitada - Marina, do PV -, que tem sua história toda consagrada no PT. Com essas pessoas de bem, que querem construir um Brasil cada vez melhor, que lutaram contra a ditadura militar, que constroem, no seu cotidiano, políticas públicas sociais que preveem inclusão social e redução da miséria, da fome e da pobreza, enfim, com todas elas estaremos vigilantes de hoje até domingo para que esse projeto não seja colocado em

risco. Faremos isso sem arrogância, sem pensarmos que está tudo resolvido, porque não está, mas, sim, tranquilos e conscientes de que, nestes oito anos, fizemos o melhor pelo Brasil. E, com a consciência do povo brasileiro, certamente continuaremos esse trabalho com a vitória de Dilma no próximo domingo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, primeiramente quero, nesta oportunidade, cumprimentar e fazer uma homenagem a todos os servidores públicos de Minas Gerais pela passagem do Dia do Servidor Público, hoje, 28 de outubro.

Minas Gerais possui cerca de 534 mil servidores públicos, entre ativos e inativos. O Poder Executivo possui 507 mil; o Legislativo, 5.600; o Judiciário, 19 mil.

Fazer uma homenagem ao servidor público é, acima de tudo, discutir com mais profundidade a situação funcional e remuneratória desses servidores. Tive acesso a uma importante publicação do Sindicato dos Auditores Fiscais de Minas Gerais - Sindifisco-MG -, que faz não só um estudo, uma radiografia muito interessante da situação financeira, tributária e econômica de Minas, mas também uma análise sobre a situação em que se encontram esses servidores públicos.

Nessa publicação, chamada "A verdade sobre o Choque de Gestão de Minas Gerais", no caderno de setembro de 2010 do Sindifisco, o sindicato faz algumas reflexões importantes que merecem, ao discutir o servidor público, a nossa atenção. O sindicato assinala, por exemplo, que a receita total do Estado teve crescimento de 130% no período de 2002 a 2009. Então, a receita corrente líquida teve crescimento de 130% enquanto tivemos Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA -, que é o índice de inflação, de 47%, na média. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, os estudos do sindicato mostram que houve redução dos gastos sociais, especialmente com a saúde, com a educação e com a segurança pública, de 60,43% da receita corrente líquida em 2002 para 45,99% em 2008. Tem-se, assim, um aumento da receita corrente do Estado, um aumento da arrecadação em contrapartida com a diminuição dos gastos sociais de 60% para 45%.

O sindicato aborda também uma questão central que diz respeito à redução da folha de pagamento total consolidada do Estado, ou seja, o gasto com pessoal, que em 2002 era de 71,57% da receita corrente líquida, passou para 55,44% em 2009. Então, o que se percebe é que essa redução ocorreu principalmente na folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo, que representa 55,87% da receita corrente líquida do Estado, em 2002, para 43% em 2005, chegando em 2009 a 46,16%.

Então, a política pública de valorização do servidor público precisa ser reavaliada.

Nos últimos anos, os servidores tiveram perdas significativas neste Estado: redução dos adicionais por tempo de serviço, do quinquênio e do trintenário; extinção do apostilamento, transformando-se em vantagem pessoal; congelamento de salário no período de 2003 a 2006; controle exacerbado do servidor por meio da avaliação de desempenho - ADE - com critérios subjetivos; fim da estabilidade; política de quebra de paridade entre ativos e inativos; confisco de promoções e progressões; questão do subteto por meio de uma medida demagógica de redução do salário do Chefe do Executivo - o que, na verdade, representou confisco para os servidores públicos; retirada de férias-prêmio; instituição, em 2004, do calote no que é devido aos servidores, com o aumento das despesas com sentenças judiciais, indenizações e restituições trabalhistas; privatização e terceirização do serviço público no Estado de Minas Gerais; perda de autonomia e engessamento do trabalhador do sistema fiscal, do auditor fiscal e do trabalho fiscal; pisos salariais defasados; injustiças e distorções no reposicionamento das carreiras. Essas questões são muito preocupantes, por isso a necessidade de retomarmos a discussão desses problemas. Afinal, homenagear o servidor público não é simplesmente dizer que ele é indispensável, mas, acima de tudo, valorizá-lo na carreira, na remuneração e nas condições de trabalho.

Portanto, fica aqui o nosso registro. Peço às pessoas que acessem o "site" do Sindifisco-MG, para que possam conhecê-lo com mais detalhe. O "site" é [www.sindifiscomg.com.br](http://www.sindifiscomg.com.br). Trata-se de uma oportunidade que temos para as pessoas terem uma radiografia, um conhecimento mais aprofundado das condições de trabalho desse contingente de trabalhadores tão essenciais para o funcionamento do Estado mineiro e do serviço público no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, gostaria também de dizer que estamos dando início a um debate muito interessante, fraterno, legítimo e democrático. Na ocasião, tive a iniciativa de protocolizar nesta Casa projeto de lei que visa à criação do Conselho Estadual de Comunicação Social, e isso é muito importante. O ilustre Deputado Domingos Sávio, sempre muito ponderado, levanta a questão central de que esse debate tem de ser feito de forma clara, objetiva e sem querer ficar aqui ressuscitando fantasmas completamente alheios ao assunto. Devo esclarecer que o objetivo de nosso projeto é, nada mais nada menos, regulamentar um artigo da Constituição mineira de 1989. Trata-se do art. 230 da Constituição do Estado de Minas Gerais, muito bem relatado pelo nobre Deputado Bonifácio Mourão, que retoma cadeira de parlamentar nesta Casa. Esse artigo diz que o Estado de Minas Gerais institucionalizará como órgão auxiliar o Conselho Estadual de Comunicação Social composto por representantes da sociedade. Então, o que pretendemos é tirar do papel aquilo que está escrito na Constituição do Estado, e o que os constituintes mineiros de 1989, em nome do povo de Minas Gerais, escreveram na Constituição do Estado. O art. 230 é uma mera reprodução da ordem da comunicação social prevista no capítulo "Da Ordem Social" da Constituição Federal de 1988, que nos seus arts. 220 a 224 trata também da questão da criação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Este foi instituído e instalado em 2002, sob a presidência do ilustre jurista e advogado José Paulo Cavalcanti Filho, figura interessante e muito entendida em Direito.

O que pretendemos é regulamentar o art. 230 da Constituição do Estado de Minas Gerais. É importante entender que a comunicação social está inserida em um capítulo maior, o capítulo "Da Ordem Social".

Ilustre Deputado Domingos Sávio, é muito interessante que o objetivo, o escopo, o intuito maior da Constituição Federal e da Constituição Estadual de Minas seja justamente fortalecer a participação popular, com órgãos acessórios de acompanhamento das políticas públicas. Não é à toa que, no art. 226 da Constituição do Estado de Minas Gerais, para assegurar a efetiva participação da sociedade, nos termos do previsto nessa seção, está estabelecida a criação de conselhos, como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Portador de Deficiência e o Conselho Estadual do Idoso, pela ótica de democratizar a sociedade, trazendo-a para a discussão das políticas públicas. Hoje Minas tem mais de 20 conselhos em pleno funcionamento: o Conselho da Educação, o Conselho do Patrimônio Público e outros.

Nunca ouvi a crítica de que o Conselho de Educação de Minas Gerais, por exemplo, tenha o papel de cercar o direito do livre mercado, o direito das escolas particulares de exercer uma função que é concessão do Estado: a educação. Da mesma forma, o propósito do Conselho Estadual de Comunicação Social não é, sem dúvida nenhuma, restringir os princípios previstos em nossa Constituição, como a livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação. Então não pode haver embaraço à plena liberdade de informação jornalística em veículos de comunicação. É óbvio, pois o propósito não é esse.

"É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato." Esse é um princípio constitucional, como o são os seguintes: "É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por danos material, moral ou à imagem; são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização por dano, material ou moral, decorrente de sua violação; é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei federal estabelecer". O jornalista deve

buscar a verdade, divulgar a inteireza dos fatos, mostrar os dois lados da notícia. Ele não pode ser cerceado no exercício de sua profissão por quem quer que seja, nem pelo dono do meio de comunicação.

O Conselho tem como base trazer a sociedade para fazer valer os princípios fundamentais de uma comunicação democrática prevista na Constituição Federal e na Estadual. Nesta está escrito, por exemplo, que a comunicação social deve atender aos seguintes princípios: "Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção das culturas nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização das produções culturais artística e jornalística, nos percentuais estabelecidos em lei federal; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família". Esses são os princípios fundamentais das políticas públicas, e o Conselho, como órgão da sociedade, tem por objetivo acompanhar e garantir o mecanismo de sua implementação. O Conselho é um órgão democrático, tripartite, com representante, na proposta original, e com representantes do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil organizada.

Espero que não façam confusão propositalmente e que não venham desviar o curso do debate.

Queremos garantir a participação da sociedade. Conselho tem a ver com democracia, Estado Democrático de Direito, garantia dos princípios da livre concorrência, combate ao monopólio e ao oligopólio dos meios de comunicação. Conselho é a sociedade livre e soberana discutindo os rumos da política pública.

Com esse projeto, esperamos fazer um debate fraterno, amplo, plural, sem velhos fantasmas com outras intenções. O Plenário da Casa é soberano para isso, e a Constituinte de 1989 concedeu poderes ao Estado para fazer com que a sociedade participe desse importante debate.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva\* - Caro Presidente, Doutor Viana, amigo e protetor, caros Deputados Domingos Sávio e Carlin Moura - tenho medo de seus conselhos terríveis sobre controle, Carlin -, finalmente podemos dar uma boa notícia aos Prefeitos das regiões mais deprimidas de Minas Gerais: o grupo de trabalho composto por 12 Deputados e criado pela Mesa da Assembleia no ano passado - aliás, tivemos o direito de coordená-lo - conseguiu retirar da gaveta um projeto importantíssimo que trata do ICMS Solidário, de autoria do nosso querido Deputado Dinis Pinheiro.

As dificuldades políticas só poderiam ser superadas se pudéssemos nos aglutinar. Assim, a Presidência da Casa houve por bem designar uma comissão de 12 Deputados, como disse, coordenada por este Deputado. Foi muito fácil fazer isso, porque somos todos amigos e companheiros aqui. Com esse trabalho, podemos hoje anunciar uma modificação importante no ICMS a ser recebido pelas prefeituras a partir de janeiro de 2011. Muitos não deram importância ao projeto, alguns Deputados criticaram-no dizendo que era muito tímido, mas veja V. Exa. que há Municípios da nossa região do Vale do Jequitinhonha que terão um crescimento real de receita de 35,82%. Não é uma benesse, mas uma redistribuição de ICMS que esta Casa corajosamente propôs e debateu ao longo de sete anos, com a concordância do Governador Aécio Neves, que procuramos para evitar atritos regionais, a fim de que o Triângulo e o Sul não ficassem chateados. Compusemos essa comissão, e o resultado está aqui conosco.

Tomo a liberdade de citar algumas informações, que, é claro, serão enviadas a todos os Prefeitos da região com os índices corretos. Quero abordá-las aqui apenas para que o povo tome conhecimento dos benefícios outorgados por esta Assembleia, fruto de trabalho desenvolvido ao longo de tantos anos e coroado de êxito a partir de janeiro de 2011. A microrregião de Teófilo Ottoni terá um crescimento real de 10,99%; Nanuque, 6,27%; Almenara, 9,44%; Capelinha, 10,39%; Pedra Azul, 10,96%; Vale do São Mateus, 6,94%; e Araçuaí, 23,94%.

Sr. Presidente, vale ressaltar alguns Municípios importantes. Araçuaí, que é o miolo do Vale do Jequitinhonha e uma cidade repleta de problemas e dificuldades, obterá um crescimento de 35,82%, o que corresponderia a aproximadamente R\$600.000,00 apenas no ano de 2001. Para que as pessoas se orientem e os Prefeitos tomem conhecimento, é bom dizer que Ataleia obterá um crescimento de 9,21%; Catuji, 7,08%; Franciscópolis, 5,76%; Frei Gaspar, 5,35%; Itaipé, 11%; Ladainha, 23,76%; Malacacheta, 10,55%; Ouro Verde de Minas, 9,42%; Pavão, 6,85%; Poté, 12,20%; Setubinha, 22,67%; e Teófilo Ottoni, 10,82%. Na microrregião de Nanuque, Águas Formosas obterá um crescimento na receita do ICMS, já a partir de janeiro, de 26,37%; Bertópolis, 5,52%; Carlos Chagas, 3,98%; Crisólita, 4,18%; Fronteira dos Vales, 6,67%; Machacalis, 7,26%; Nanuque, 5,58%; Santa Helena de Minas, 7,41%; Serra dos Aimorés, 1,59%; Umburatiba, 3,14%. No somatório da microrregião de Nanuque, 6,27% de crescimento na receita, a partir de janeiro, da lei do ICMS Solidário que conseguimos aprovar nesta Casa e que entra em vigor a partir de 1º de janeiro. Na microrregião de Almenara, a cidade de Almenara obterá um crescimento de 24,22% na sua receita; Bandeira, 7,53%; Divisópolis, 8,15%; Felisburgo, 7,58%; Jacinto, 11,42%; Jequitinhonha, 17,07%; Joaíma, 10,59%; Jordânia, 14,20%; Mata Verde, 6,06%; Monte Formoso, 6,46%; Palmópolis, 12,15%; Rubim, 7,96%; e Santa Maria do Salto, 7,33%. Veja, Sr. Presidente, que há um crescimento negativo em Salto da Divisa. Na verdade, é um crescimento hipotético de menos 2,58%, em razão do crescimento fantástico da receita pela implantação e exploração de uma nova mina de grafite nesse Município que fez crescer o seu ICMS próprio. Então não dependia muito da nossa lei do ICMS compensatório que é o ICMS Solidário. No geral, a região de Almenara tem um crescimento de receita de 9,33% a partir de janeiro. Na microrregião de Capelinha, Andrelândia obterá um crescimento de 5,69%; Berilo, 15,31%; Capelinha, 11,94%; Chapada do Norte, 19,86%. Ontem fizemos as contas com o Prefeito Teco e vimos que isso dá um crescimento de R\$450.000,00 no ano em benefício direto para o cofre da Prefeitura, o que poderá melhorar a condição de pagamento dos seus serviços, dos seus servidores e da despesa direta da Prefeitura. Francisco Badaró obterá um crescimento no ICMS de 17,68%; Jenipapo de Minas, 10,77% - meu abraço ao nosso Prefeito Márlio. Minas Novas, que é uma cidade importante no Estado - também um abraço ao Prefeito José Henrique -, obterá um crescimento de 26,94% na sua receita a partir de janeiro de 2011.

Na Microrregião de Pedra Azul: há crescimento de 9,34% em Cachoeira de Pajeú; em Comercinho, 12,81%; em Itaobim, 10,42%; em Medina, minha terra natal, 15,28%; e em Pedra Azul, 8,32%. Na Microrregião do Vale do São Mateus, Campanário alterou o crescimento da receita em 4,22%; Frei Inocência, em 6,21%; Itambacuri, em 10,73%; Jampruca, em 7,23%; Nova Módica, em 4,16%; Pescador, em 5,38% - mando meu abraço ao Prefeito Damião -; e São José do Divino, em 4,22%. Mas realmente é de se comemorar, Sr. Presidente, a Microrregião de Araçuaí. O Município de Araçuaí terá crescimento de 35,82%; Caraiá, 25,94%; Coronel Murta, 12,67%; Itinga, 17,05%; Novo Cruzeiro, onde morei, 30,32%; Padre Paraíso, 15,13%; Ponto dos Volantes, 11,09%; e Virgem da Lapa, 34,87%.

Veja, Sr. Presidente, que é preciso destacar o trabalho realizado por esta Assembleia Legislativa. Temos muita dificuldade com o governo federal em conquistar aumento de receita. Ao contrário, há uma discussão na campanha presidencial em relação ao sufocamento das administrações municipais com a diminuição do IPI, que reduziu violentamente a receita das Prefeituras, colocando-as hoje em situação de inadimplência quase total. Ainda há poucos minutos, no meu gabinete, com meu secretário André Neiva, analisávamos as inadimplências das Prefeituras de nossa região. Quase todas elas estão "dependuradas" por falta de pagamento desse ou daquele compromisso em função da queda brutal da receita, ocasionada pela política demagógica do governo federal de fazer cortesia com o chapéu dos Prefeitos. O IPI dos automóveis e da linha branca foi reduzido, mas por que não se reduziram o PIS, a Cofins e os tributos em que só o governo federal participa? Por que reduzir exatamente os tributos que compõem a cesta básica do Fundo de Participação dos Municípios? Por que se penalizaram os Municípios e os Estados, uma vez que eles também fazem parte dessa cota constitucional?

Argumentei várias vezes aqui, Sr. Presidente, que lamentavelmente esse governo atropelou a Constituição, a lei, desafiando todos os parâmetros legais. No meu discurso de ontem eu falava, de maneira clara, sobre a necessidade de acertarmos os ponteiros com os Deputados Federais deste país para fazermos uma revisão completa da legislação brasileira, especialmente uma revisão constitucional, a fim de que este

país tenha segurança legal. O vazio jurídico, o buraco negro da legislação brasileira está determinando esse tipo de comportamento. Vi que o Serra fez um compromisso aqui em Minas Gerais; ele disse que compensará os Municípios se houver alguma forma de redução de tributo lá na frente. A D. Dilma veio aqui e conversou sobre isso também. Mas o que estamos falando, Sr. Presidente, é que a Assembleia de Minas está dando exemplo ao outorgar aos Municípios uma redistribuição do ICMS para premiar ou melhorar a situação das regiões e dos Municípios mais deprimidos do Estado. Essa justiça precisa ser feita. Não é possível imaginar que o futuro Presidente da República deixe de verificar esse aspecto fundamental. A República brasileira só terá condição de equilíbrio se o Município for respeitado. Enquanto permanecer essa lógica perversa de o governo federal ficar com 70% de todos os tributos arrecadados no País, repassando aos Estados 24% e aos Municípios apenas 6%, teremos situações dramáticas, complicadas e difíceis. Por isso, faço questão de ressaltar o trabalho feito pelo grupo de 12 Deputados que coordenei. Hoje, podemos anunciar para janeiro esse benefício para todos os Municípios da região mais deprimida e carente de Minas Gerais. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados. Tenho um assunto a abordar, mas, antes, desejo fazer uma ressalva a respeito da abordagem do nobre colega Deputado André Quintão, que prezo tanto. Mais uma vez, ele deixou que as paixões partidárias e o clima eleitoral o cegassem e o dificultassem perceber algo de que já falei desta tribuna. Aqui é a Casa democrática, o ambiente para debatermos nossas ideias, mas nem por isso estamos imunes ao cumprimento da lei. Existe uma lei eleitoral elementar que estabelece regras para que a competição seja justa e absolutamente imparcial. Só me manifestei na tribuna para buscar o equilíbrio nessa situação, mas nem isso farei agora. Apenas quero lembrar que existe uma lei eleitoral. O Deputado tenta ser muito elegante dizendo que não dá para dizer que a escolha é entre Dilma e Serra, que a escolha é entre um passado que não deu certo, que o passado de Fernando Henrique deu errado. Não vou nem discutir o mérito disso, como se não vivêssemos até hoje sob o Plano Real, implementado por ele. Ali estão todas as bases da economia que sustentam o desenvolvimento do nosso país. Não vou discutir a origem dos planos de distribuição de renda, do próprio Bolsa-Família, que surgiu de vários programas de distribuição de renda criados naquela época. Quero apenas lembrar que o Deputado foi ao absurdo de citar o número de sua candidata e insistir no tema, de maneira que não se coaduna com esses princípios elementares da lei eleitoral. Lamento. É um pesar.

Mas tenho absoluta convicção de que isso não vai interferir no processo eleitoral. Qualquer que seja o resultado, ele virá da reflexão do povo brasileiro, e essa reflexão tem de ser respeitada pelos dois lados. Seguramente, uma vitória de Serra não significa que ele tenha a unanimidade dos eleitores brasileiros; portanto, os que não votarem nele não podem ser considerados do mal ou identificados como aqueles que não querem o bem do Brasil. Da mesma forma, se Dilma ganhar, não será por unanimidade, e não se pode fazer a apologia de que do outro lado está o projeto ruim, dos que não querem o bem do Brasil. Fato é que, de lado a lado, tem havido muitas falhas nesse aspecto dos debates, e acho que os marqueteiros do Brasil precisam aprender com o povo, que está demonstrando que não gosta disso. Em minhas campanhas, nunca adotei a prática de atacar o concorrente ou adversário, mas percebo que isso parece ter tomado conta de várias pessoas lúcidas, capazes e que prestam um grande serviço a Minas e ao Brasil - entre elas, André Quintão, que às vezes deixa a paixão eleitoral cegá-lo a ponto de ignorar a lei eleitoral e, às vésperas da eleição, tentar fazer campanha em um espaço que não é reservado para isso, utilizando-se de um veículo público de comunicação, que não pode ser usado para isso.

Mas quero fazer uma reflexão sobre o projeto de lei do Deputado Carlin Moura, que acabei de ler. À reflexão que fiz inicialmente e sobre a qual o Deputado ponderou em seu pronunciamento, acrescento um alerta: realmente não representa qualquer contribuição a criação do conselho, nessa linha e com a abordagem que ali se faz. Entendo que há coisas que precisam ser regulamentadas, como os gastos públicos com publicidade. Sejam os diretos: isso é algo que precisa ser regulamentado em todo o Brasil e de maneira clara. Isso é indiscutível e não tem nada a ver com cercear-se a liberdade de imprensa. Isso não interfere nas liberdades garantidas em nosso país; é apenas fazer o acompanhamento dos gastos do dinheiro público. Quando quisermos debater alguma coisa, devemos tocar logo na ferida e enfrentar o assunto. É assim que vamos contribuir para o País ser de fato mais livre, até porque a ineficiência no gasto público pode causar prejuízos, não só financeiros mas também, em algumas circunstâncias, à plena liberdade de comunicação, pois esse mecanismo de cerceamento pode ser até de ordem pecuniária - isso é terrível, mas sabemos que, infelizmente, ainda há quem se sujeite a isso. Então, não é que eu não tenha cuidado com as palavras - todos que estão na vida pública devem ter cuidado com as palavras -, mas não tenho a prática da dissimulação; gosto de ser sincero e de abordar o assunto com clareza.

Assim, sobre a proposta de se criar um Conselho de Comunicação Social - pode-se dar o nome que for, mas é um mecanismo para regulamentar as práticas de comunicação -, alertei em minha primeira fala que é preciso ter cuidado. Agora, após ler o projeto, vejo que não basta ter cuidado: de cara, manifesto-me absolutamente contrário à linha adotada nele, que inicia dourando a pílula. É preciso tomar muito cuidado com essa prática de dourar a pílula; temos de ver o conteúdo da pílula e verificar se é remédio ou veneno. No primeiro artigo do projeto, cria-se o Conselho de forma deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora. Ou seja, não é um Conselho apenas para fazer o aprofundamento de debates; é um Conselho com poderes - deliberativo, normatizador e fiscalizador. Mas como ele vai fazer isso?

No segundo artigo, doura-se a pílula, literalmente. Diz-se ali que são princípios do Conselho: "promover o direito à comunicação, garantindo a liberdade de manifestação de pensamento, criação, expressão e de livre circulação da informação". Isso é o óbvio e já está na Constituição brasileira. Vai-se criar um Conselho para se garantir a liberdade? Ora, já viramos essa página; já enfrentamos a ditadura e já foi promulgada a Constituição Cidadã, de 1988, Deputado Getúlio Neiva. Esse assunto já está resolvido. Ninguém precisa criar um Conselho para garantir que vamos viver em uma sociedade em que haja liberdade de manifestação de pensamento, de expressão etc. Isso é brincadeira! Dourou-se a pílula!

Ainda na sequência, no terceiro artigo vem o alerta. Lembrem que o primeiro artigo diz que o Conselho tem caráter deliberativo, normativo e fiscalizador. (Lê:): "Art. 3º - Compete ao Conselho: (...) II - Realizar estudos, pareceres, recomendações, acompanhando o desempenho e a atuação dos meios de comunicação locais..."

Ora, crio um conselho, digo que o estou criando para garantir a liberdade de expressão, dou-lhe poder deliberativo e fiscalizador, e ele realizará estudo, parecer e recomendação para os veículos de comunicação? Baseado em quê? Ele é que dirá o que é liberdade e o que deixou de ser? A melhor contribuição que se pode dar, se queremos de fato promover o direito à liberdade de comunicação e garantir a liberdade de manifestação, que é um princípio constitucional, é não criar esse tipo de cerceamento, esse tipo de mecanismo que interferirá na liberdade. Um grupo de pessoas se reúne e passa a ter o direito, por lei, de deliberar e fiscalizar, fazendo recomendação sobre o conteúdo e a atuação dos meios de comunicação. Digo "conteúdo" porque consta - complementando - "orientar e fiscalizar as atividades dos órgãos de radiodifusão sonora ou de imagem sob jurisdição do Estado". Já induziu, orientou, encaminhou.

Há outro item que também me deixa perplexo porque falta objetividade: "monitorar, receber denúncias e encaminhar parecer". Veja que ele tem poderes de fazer parecer normativo para os órgãos competentes sobre o que considera abuso ou violação de direitos humanos dos veículos de comunicação. Qual órgão competente?

Vejamos: "Estimular a produção e difusão de conteúdos de iniciativa estatal". Para mim, essa é outra preocupação grave. O Conselho estimulará a produção e a difusão de conteúdos de iniciativa estatal. Queremos uma sociedade absolutamente livre, e criarei um conselho para estimular conteúdos de iniciativa estatal? Em seguida: "Deliberar e aprovar sobre a normatização referente à distribuição das verbas publicitárias." Esse é um aspecto em que - abri a minha fala dizendo isso - há problema. Vamos enfrentar o problema ou mudá-lo de endereço, Deputado Getúlio Neiva? Vamos retirar o sofá da sala? Esse artigo deveria chamar-se "retirar o sofá da sala". Como cidadão, reconheço que o Brasil não é um país transparente e ético no tocante à relação de suas instituições públicas, especialmente com a iniciativa privada, nas

questões contratuais, especialmente da publicidade. Sob o pretexto da subjetividade, os poderes públicos federal, estadual e municipal, incluindo-se o Legislativo, contratam com dispensa de licitação. Não é com dispensa de licitação, mas é uma licitação com análise subjetiva, que equivale a dizer, em português claro: contrata-se quem quiser. É essa a realidade. A prova incontestante disso é que é muito raro um governo, ao mudar de situação para oposição, num Município, num Estado ou na União, continuar com a mesma estrutura publicitária. O critério é subjetivo, mas muda-se de gosto com uma facilidade, Deputado Getúlio Neiva, que me parece que o interesse público não prevalece. Esse artigo não aborda o problema, reconhece, talvez, que ele existe, mas apenas muda o sofá da sala. Hoje os órgãos públicos, a Assembleia, Câmara Federal, o Senado, o governo federal - o Presidente Lula -, o governo estadual e as Prefeituras, contratam agências de publicidade, com critérios subjetivos, e fazem programas de distribuição dos recursos públicos para as campanhas publicitárias, também por critérios que não são transparentes suficientemente para que sejam respeitados por todos. Esse assunto não é debatido com essa franqueza. Simplesmente transferir a responsabilidade para um conselho é mudar o sofá da sala, porque, na verdade, não se estabeleceram regras para isso. Então estabeleçam regras, e aí pode ser o próprio Prefeito, o Presidente da República ou o conselho, mas vai-se gastar o dinheiro público com regras de maior transparência e ética.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar meu apelo ao Deputado Carlin. Estamos em final de legislatura, foram quatro anos, e entra um projeto que dá margem a cerceamento de expressão. Eu nunca viria aqui dizer que o Deputado Carlin está apresentando um projeto que cerceia a liberdade de imprensa. O problema é que o projeto cria um conselho, que, na prática, é um grupo de pessoas. Mas, por mais representativo que seja esse conselho, ser humano é ser humano. Não vamos aprofundar-nos na questão filosófica, mas é o óbvio. Reúne-se um grupo de pessoas, em que parte delas representa o Estado, o poder público, e a outra parte, a sociedade civil organizada, o qual passa a ter, por lei, o poder de normatizar, deliberar e fiscalizar veículos de comunicação - rádios, televisões e órgãos públicos. Repito que isso dá margem, abre a possibilidade de termos cerceamento de expressão e atitudes que não se coadunem com o próprio projeto, cujo art. 2º estabelece - o que eu chamo de dourar a pílula - : "Promover o direito à comunicação, garantindo a liberdade de manifestação de pensamento, criação, expressão e de livre circulação de informação".

Vamos ficar só nesse artigo, já que ele é lei, e é lei maior, está contemplado na Constituição da República e na Constituição Estadual. Não vamos falar em criar, esqueçam o que acabei de ler, porque ele já existe. Então, criaremos algo que dará a um conselho direito para realizar estudos, pareceres, recomendações, acompanhando o desempenho e a atuação dos veículos de comunicação, e para orientar e fiscalizar as atividades dos órgãos de comunicação. Vejam isso: orientar e fiscalizar. Ora, quanto ao poder de deliberar, emitir normas e depois fiscalizar, por mais que eu respeite e não tenha dúvidas de que não seja essa a intenção do Deputado Carlin Moura, isso dá margem a esse conselho para produzir normas. Depois não adianta chorar e falar que não foi para isso que o criamos, porque ele foi criado e lhe demos poder para produzir normas e fiscalizar seu cumprimento. Ele tem poder porque é deliberativo. Delibera, produz a norma, baixa a portaria e fiscaliza. Depois vamos dizer que ele extrapolou, quando tiver entrado na liberdade de manifestação, de elaboração de conteúdos? Ele diz que tem de estimular programas estatais, particularmente aqueles de conteúdo estatal, de propaganda estatal, mas esclareço que isso vem dos tempos mais nefastos de ditadura, quando o Estado fazia uso da propaganda sistemática para insistir numa tese até que esta virasse a tese de todos, com a qual todos concordassem.

Portanto, registro a minha pronta manifestação contrária. Não se pode elaborar um projeto dessa natureza sem esses cuidados, sem uma discussão mais profunda. Não estou dizendo que não se deve discutir o assunto, porque se deve, sim. Entre os itens abordados, o que mais me preocupa é o do gasto público. Em todos os níveis - e aqui não se salva ninguém -, é necessário que todos se debrucem sobre o assunto. Quando digo que não se salva ninguém, não estou dizendo que todos estão cometendo ilegalidade, é claro. Não vamos ser irresponsáveis, eu não enveredaria por esse caminho. O que estou dizendo é que a regra do jogo permite os abusos.

A pessoa contrata uma agência, de maneira subjetiva, para gastar R\$200.000.000,00. Aprova o orçamento, que se utiliza e aproveita dessa natureza subjetiva para que não seja necessária outra licitação. O governo federal gasta cerca de R\$1.000.000.000,00 em publicidade. Contratar de maneira subjetiva literalmente equivale a dizer que há possibilidade de se escolher qual a melhor forma, em virtude dessa subjetividade. V. Exa. fará a escolha por acreditar que ela é mais criativa ou melhor ou, ainda, por ser ela partidária, por ler em sua cartilha. Posteriormente, contrata-se sem licitação e gasta-se o dinheiro como se quer. A ordem de serviço é dada: "Quero R\$1.000.000,00 de publicidade naquele veículo de comunicação, quero tantos milhões para promover o evento tal, que meu companheiro me trouxe como sugestão e que considere maravilhoso".

Essa análise crítica tem de ser feita. Não se trata de criar conselho de comunicação, que restringirá liberdade, que fiscalizará veículo de comunicação. Alguém que esteja me ouvindo pode dizer que estou me esquecendo de que há veículos de comunicação que usam e abusam da liberdade de imprensa. Já fui e serei vítima de calúnias e de ataques. Alguns chegam ao nível da chantagem: "Ajude-me nisto, senão, faço aquilo". Precisa-se de conselho? Existem no Brasil os Códigos Civil e Penal, em que qualquer atitude que desrespeite a honra, que represente calúnia ou que agrida a pessoa humana é passível de punição. Não é necessário criar conselho para restringir preconceito. Não estou me referindo a ataque contra político, empresário ou contra A, B ou C. Refiro-me a preconceito contra as minorias, como o da homofobia, como o preconceito de raça e de religião. Isso é crime. Não é necessário conselho, já existe lei para isso no Brasil.

Fique registrada minha posição, Sr. Presidente. Vivemos um momento de democracia no Brasil, em que pese ter iniciado minha fala alertando para o fato de que tentam induzir pessoas com colocações indevidas. Neste cenário de disputa democrática, agora não é o momento de esta Assembleia criar mecanismo para cerceamento da liberdade de expressão. Muito obrigado pela tolerância.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/11/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bráulio Braz

nomeando Eduardo Antônio Souza Lages para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando, a partir de 4/11/10, Adailton Veras Ribeiro Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/11/10, Mirian Batista Pires do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando, a partir de 4/11/10, Ricardo Luiz Mendonça de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Alexandre de Souza Nery para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maurício Cristiano de Freitas. Objeto: retirada de cortinas instaladas e fornecimento e instalação de aproximadamente 330m<sup>2</sup> de cortina rolô E34/M34. Vigência: 60 dias a contar da assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 44/2010 e Pregão Eletrônico nº 44/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.